

ANÁLISE DA VARIAÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO EM JORNAIS DO CEARÁ

Thales Geovane Rodrigues SILVA¹
Fábio Fernandes TORRES²

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar, a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista, a realização variável do objeto direto anafórico de 3ª pessoa - ODA em notícias e artigos de opinião, extraídos dos jornais cearenses *Diário do Nordeste*, *O Povo* e *O Estado*. A amostra é composta de 60 textos, 30 artigos e 30 notícias, nos quais foram encontradas 78 ocorrências de ODA, sendo 44 de *clítico acusativo*, 25 de *sintagma nominal* e 9 de *objeto nulo*, que foram submetidos a tratamento estatístico no Goldvarb X para se verificar os condicionamentos linguísticos e extralinguísticos sobre cada variante. A variante *pronome lexical* não foi encontrada, o que atribuímos à natureza do *corpus*. Os resultados revelaram que há preferência nesses textos pelo uso do *clítico acusativo*, recaindo sobre esta variante a influência do fator linguístico *gênero semântico [+gs] do referente* e do fator extralinguístico *nível de formalidade*. A variante *sintagma nominal* foi bastante expressiva, mas não a ponto de se sobrepor à hegemonia do clítico, enquanto o *objeto nulo* flutua entre as variantes, isento de estigmas, em ambos os gêneros textuais.

Palavras-chave: Objeto direto anafórico; colocação pronominal; variação; texto jornalístico; sociolinguística.

Abstract: This paper aims to analyze, based on the theoretical and methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics, the variable realization of the 3rd person anaphoric direct object - ODA in news and opinion articles, extracted from the Ceará newspapers *Diário do Nordeste*, *O Povo* and *O Estado*. The sample is composed of 60 texts, 30 articles and 30 news, in which 78 occurrences of ODA were found, 44 of accusative clitics, 25 of noun phrases and 9 of null objects, which were submitted to statistical treatment in the Goldvarb to are verify the linguistic and extralinguistic constraints on each variant. The lexical pronoun variant was not found, which we attribute to the nature of the corpus. The results revealed that there is a preference in these texts for the use of the accusative clitic, which is influenced by linguistic factor semantic gender [+gs] of the referent and the extralinguistic factor level of formality. The noun phrase variant was quite expressive, but not to the point of overcoming the hegemony of the clitic, while the null object floats between the variants, free of stigmas, in both textual genres.

Keywords: Anaphoric direct object; pronominal placement; variation; journalistic text; sociolinguistics.

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. E-mail: thalesgeovane@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2252-7770>.

² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. E-mail: fabiofortes@unilab.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5972-5140>.

Introdução

Os pronomes pessoais distinguem-se de outros pronomes, sintaticamente, pelas funções que desempenham nas construções linguísticas (verbais) ao assumirem funções nominativas, dativas ou acusativas. Câmara Júnior (1970) compreende a família dos átonos de 3ª pessoa a partir da relação opositora em que os elementos mórficos **o**, **a**, **os**, **as** funcionam como objeto direto, enquanto o **lhe/lhes**, por sua vez, funcionam como objeto indireto. É necessário pontuar que os pronomes do caso reto de 3ª pessoa, **ele(s)/ela(s)**, deslocam-se das suas funções primárias de sujeito para competir com a hegemonia dos clíticos acusativos na posição de objeto direto (na fala, os clíticos têm baixa ocorrência), sobretudo em português brasileiro.

Sobre isso, Cunha e Cintra (2017, p. 302, grifo dos autores) advertem que construções, como “Vi **ele**” e “Encontrei **ela**”, mais presentes na fala popular do Brasil, devem ser evitadas, segundo prescreve a norma padrão. Bechara (2009) reconhece que o vocábulo **ele**, nesse sentido, pode manifestar-se como objeto direto na condição atípica em que venha precedido de *todo* ou só (adjetivo) ou, também, que seja dotado de acentuação enfática. Diante do exposto, percebe-se que há outra forma com o mesmo significado representacional, intercambiável, para se referir à realização do objeto direto anafórico, o que nos permite afirmar que as formas estão em variação no português brasileiro.

O objeto direto anafórico (doravante ODA) de 3ª pessoa no português brasileiro realiza-se por quatro variantes para retomar um referente já dado dentro da sentença oracional: *clítico acusativo* (Bianca comprou-**o** no shopping), *pronome lexical* (Bianca comprou **ele** no shopping), *sintagma nominal* (Bianca comprou **o livro** no shopping) e *objeto nulo* (Bianca comprou **Ø** no shopping). O uso dessas variantes não ocorre de modo aleatório, mas é condicionado por fatores linguísticos e sociais. Em dados de fala, as pesquisas apontam a preferência do falante pelo *pronome lexical* e, sobretudo, *objeto nulo*, conforme Omena (1978), Pereira (1981), Duarte (1986), Othero *et al.* (2018), dentre outros. Já em dados de escrita, modalidade comunicativa mais monitorada e resistente às variantes não-padrão (Tarallo, 2007), o *clítico acusativo* tende a se sobrepor às demais variantes, por implicações textuais-discursivas.

Nesse sentido, este trabalho objetiva analisar os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a realização variável do objeto direto anafórico de 3ª pessoa no português brasileiro em gêneros textuais-discursivos provenientes da esfera jornalística, como: notícias e artigos de opinião. Considerando que há bancos de dados destinados ao estudo da língua falada culta e popular no Ceará, em especial, Fortaleza, como é o caso do projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza - NORPOFORT/UECE, o Projeto Português Oral Culto de Fortaleza - PORCUFORT/UECE e os *corpora* do PROFALA/UFC, acreditamos que seja relevante voltar-se ao estudo de dados provenientes da modalidade escrita, em que também se podem atestar a variação e a mudança linguística.

Ancorados na Sociolinguística Variacionista, partimos do princípio de que a alternância entre as variantes de ODA é condicionada por fatores linguísticos (*função do referente na oração, animacidade do referente e gênero semântico do referente*) e extralinguísticos (*gênero/sexo e nível de formalidade*) que determinam a frequência de uso pelos falantes. Do ponto de vista retórico, este artigo está organizado em seis seções. A primeira, esta introdução, traz as considerações iniciais sobre o tema a que nos dedicamos neste trabalho. A segunda trata da fundamentação teórica, em que se discutem os pressupostos da Sociolinguística Laboviana, fazendo uma retrospectiva teórica da concepção de língua enquanto fato social. A terceira apresenta uma revisão da literatura

linguística que se dedicou à variação objeto direto anafórico, tanto em dados de fala como em dados de escrita. A quarta, por sua vez, descreve os procedimentos metodológicos adotados. A quinta dedica-se à análise dos dados e, a sexta seção, por fim, encarrega-se das considerações finais.

A Sociolinguística Variacionista

Se o início do século XX, com as contribuições de Saussure (1916) para os estudos linguísticos, foi profundamente ancorado na concepção de homogeneidade do sistema linguístico, na segunda metade desse mesmo século, a concepção de sistema dotado de heterogeneidade sistemática, proposta William Labov, ganha destaque nos estudos da relação entre língua e sociedade.

Tarallo (2007) afirma que todos aqueles que visualizam a língua como um veículo de comunicação, de informação e expressão entre os indivíduos podem ser considerados sociolinguistas. Em outras palavras, o autor refere-se ao fato de que as reflexões/teorias, no campo da linguística, não germinam do acaso, elas derivam de concepções anteriores, uma vez que a relação entre língua e sociedade é intrínseca, ainda que não tenha sido o cerne das concepções teóricas anteriores à Sociolinguística Variacionista. Não à toa, a revisita aos pressupostos teóricos foi indispensável, pois, na ótica de Labov, Herzog e Weinreich (1968), ainda seria letal e incoerente, com o avanço em curso dos estudos linguísticos dialetológicos em pleno século XX, desvincular língua, sociedade e cultura. Assim, o debate travado em 1966, no simpósio intitulado “Direções para a Linguística Histórica” (Coelho *et al.*, 2010), orienta e marca o fundamento de um modelo preocupado em descrever a estrutura gramatical da língua em uso, considerando-a como sistema ordenado e heterogêneo, embora o próprio Labov já houvesse desenvolvido dois trabalhos à luz da teoria, um em 1962³, outro em 1964⁴.

Segundo Martelotta (2011), a abordagem gerativista, proposta por Chomsky, idealiza a noção de competência linguística, “característica de um falante/ouvinte igualmente idealizado, que utilizaria de modo regular seu conhecimento linguístico, independentemente das diferentes situações reais de comunicação” (Martelotta, 2011, p. 60). Trata-se de uma noção de linguagem como um sistema autônomo. E acrescenta:

Essa noção de linguagem, associada à lógica universal, que ressalta nossa capacidade de criar um número infinito de frases não leva em conta a perspectiva de quem produz o discurso ou sua criatividade ao adaptar sua fala aos diferentes contextos comunicativos, não dando conta adequadamente de traços básicos, associados às línguas, como variação e mudança (Martelotta, 2011, p. 62).

Em contrapartida, Labov demonstra que o fenômeno da diversidade linguística se reflete na configuração de uma comunidade heterogênea, levando-o a reconsiderar em sua teoria os diversos contextos comunicativos de fala, características estas de interesse da Sociolinguística. Leva-se em consideração que os falantes não se expressam do mesmo

³ “O estudo elaborado em 1962, como trabalho de mestrado do autor, teve uma primeira versão publicada no ano seguinte. Posteriormente, em 1972, foi publicado no livro *Sociolinguistic patterns*” (cf. Mota; Silva, 2019, p. 31).

⁴ “Publicado em 1966, *The social stratification of english in New York City*, foi constituído a partir da tese do autor, apresentada em 1964, na Universidade de Columbia” (cf. Mota; Silva, 2019, p. 32).

modo, pois o sistema linguístico é composto de dois tipos de regras, as categóricas, que não admitem variação e as regras variáveis, reguladas por fatores linguísticos e sociais.

Coelho *et al.* (2019, p. 20) esclarecem que é “o controle rigoroso desses fatores que nos permite avaliar em que tipo de ambiente, tanto linguístico quanto extralinguístico, uma variante tem maior probabilidade de ser escolhida”. A variação, como se pode observar, ocorre nos níveis fonológico, morfológico, morfossintático, semântico, discursivo, lexical, internos à língua, mas condicionada às variáveis independentes externas à língua, tais como escolaridade, região, sexo/gênero, idade, etnia, dentre outros aspectos. Esses termos técnicos, análogos a ferramentas, possibilitam que o pesquisador controle e maneje o fenômeno em análise e identifique se há variação estável ou indícios de mudança progressiva.

A título elucidativo, vê-se a necessidade de conceituar, baseado na Sociolinguística, o que denominamos de variantes e variáveis, termos estes caros à pesquisa. De acordo com Mollica (2010), “entendemos então por variantes as diversas formas alternativas [semanticamente equivalentes] que configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente” (Mollica, 2010, p.10-11). A variável, então, para Coelho *et al.* (2019), corresponde ao “lugar na gramática que se localiza a variação, de forma abstrata” (Coelho *et al.* 2019 p.17). Nessa circunstância, no embate entre as variantes, pode-se verificar também se se trata de uma concorrência em que se tem, de um lado, variantes padrão, conservadoras, prestigiadas; e de outro lado, variantes não-padrão, inovadoras, estigmatizadas.

Com efeito, a problemática posta por Saussure em relação à diacronia e à sincronia instiga Labov, Herzog e Weinreich ([1968] 2006) a examinarem, situando a língua numa esteira histórica, o processo de mudança linguística. Na ocasião, a tarefa consistiu em explicar como ocorre a mudança sem causar comprometimento na comunicação entre os falantes, partindo da linha de raciocínio, segundo Labov, Herzog e Weinreich ([1968] 2006), p.35, *apud* Coelho *et al.*, 2019, p. 71), de que: “[...] muito antes de se poder esboçar teorias preditivas da mudança linguística, será necessário aprender a ver a língua - seja de um ponto de vista diacrônico ou sincrônico - como objeto constituído de heterogeneidade ordenada”. Para os autores, em síntese, a falácia da homogeneidade não se sustenta e, portanto, a mudança só será perceptível no diálogo intrínseco entre língua e sociedade.

A Sociolinguística, na intenção de descrever a variação e comprovar a mudança linguística, vale-se do conhecimento estatístico matemático: a técnica quantitativa. O fazer empírico na pesquisa consiste em buscar informantes, coletar dados provenientes do vernáculo, mas também dos dados de escrita, e submetê-los no pacote Varbrul (*Variable rules analysis* - Análise de regras variáveis), de Pintzuk (1988). A partir dele, fornecem-se cálculos de frequência, assim como percentuais e pesos relativos associados aos usos das variantes, cujos resultados são analisados para refutar ou ratificar as hipóteses estabelecidas no início de uma pesquisa.

A linguagem, nesta teoria, em correlação com o contexto social permite entender como que o repertório de um falante pode variar a depender do ambiente no qual se encontra inserido. Quer dizer, a escolha de uma variante em detrimento de outra provém também de forças externas ao sistema linguístico, que tende a regular a interação entre falante e interlocutor. Enfim, o apogeu empírico na linguística deve-se à abordagem laboviana de ter reelaborado teorias que desprezaram os fatores sociais (Silva; Milani, 2013), que compreenderam língua enquanto sistema heterogêneo, estruturado, composto por regras categóricas e, sobretudo, variáveis, reconsiderando, assim, o vínculo íntimo entre os aspectos linguísticos e extralinguísticos, que serão apresentados na metodologia e discutidos na análise.

Na próxima seção, apresentaremos pesquisas já realizadas referentes ao preenchimento do objeto direto anafórico no português brasileiro, tanto em dados de fala como em dados de escrita, modalidade linguística de nosso interesse.

O objeto direto anafórico de 3ª pessoa em dados de fala e escrita

A variável *morfossintática* de objeto direto anafórico (doravante ODA) de 3ª pessoa vem sendo alvo de pesquisadores desde a década de 1970, tanto na escrita quanto, sobretudo, na língua falada, motivados ora na intenção de atestar-se o processo gradativo de mudança linguística e seus condicionamentos, ora concentrando-se no estudo da manifestação variável do fenômeno. O emprego do objeto direto anafórico de 3ª pessoa, aos moldes do que Tarallo (2007) denomina de envelope de variação⁵, comporta as seguintes formas: *clítico acusativo* (**o, a, os, as** e **lo, la, los, las**), *sintagma nominal* (quando o antecedente é repetido ou, ainda, mencionado por meio de sinônimo), *pronomes lexical* (os pronomes-sujeitos, **ele(s)/ela(s)**, nas funções de complemento), *objeto nulo* (neste caso, por não ser marcado, é representado por \emptyset , sendo inferido pragmática e contextualmente) e pronomes demonstrativos (**esse, isso**), com baixa frequência; por isso e, pelas limitações desta pesquisa, não os contemplamos.

Para melhor compreender tais manifestações, apropriamo-nos dos exemplos listados por Lima (2016, p. 21) em sua dissertação, que são: “(i) Saulo esperou-*a* na enfermaria domingo à tarde; (ii) Saulo esperou *ela* na enfermaria domingo à tarde; (iii) Saulo esperou *Ana* na enfermaria domingo à tarde; (iv) Saulo esperou \emptyset na enfermaria domingo à tarde”, que são alternativas para retomar o referente *Ana* previamente referido.

Como se vê, em (i), para o pronome posposto ao verbo, dá-se o nome de clítico acusativo, pois aponta para um referente mencionado anteriormente, sendo-o a variante eleita padrão pela gramática normativa. Em (ii), o pronome do caso reto “ela”, em tese, emprega-se somente como sujeito, mas, neste caso, ocupa a posição de objeto direto anafórico, transgredindo as prescrições normativas, classificado como pronome lexical. Já em (iii), o sintagma nominal⁶ *Ana* na posição de objeto direto é replicado. Por fim, em (iv), o complemento do verbo não é textualmente preenchido, embora saiba pragmaticamente pelo contexto qual é o referente, denominado, tecnicamente, de objeto nulo ou categoria vazia.

O vernáculo atrai olhares de pesquisadores empenhados em descrever e analisar, neste caso, as variações no português brasileiro. Desse rol, citamos pesquisas como de Omena (1978), Duarte (1986), Pereira (1981), Barbosa (2015), dentre outras, que observaram uma mudança tímida quanto às estratégias de preenchimento do objeto direto anafórico na língua falada ao apontarem o declive do clítico acusativo e, por outro lado, o aclave do objeto nulo, favorecidos por condicionadores linguísticos e extralinguísticos; exceto Lima (2016), pois, apesar de ter percorrido por esse caminho, seu trabalho revela uma forte presença do pronome lexical no falar de Fortaleza na realização de ODA. Diante disso, é oportuno mencionar que Duarte (1986) analisou a norma culta, enquanto Lima (2016) estudou a norma popular, razão pela qual os resultados apontam para variantes distintas.

Igualmente, pesquisas têm demonstrado que textos formais também são

⁵ Resumidamente, entende-se como envelope de variação o conhecimento descritivo do perfil das variantes que se compõem em grupos e se rivalizam pela disputa da variável (cf. Tarallo, 2007).

⁶ Para Sautchuk (2010, p. 48), “sintagma [é] toda construção sintática que constitua um bloco significativo ou funcional que pode mover-se no eixo horizontal. Esse bloco é formado a partir de uma ou mais unidades linguísticas do nível imediatamente inferior, ou seja, a palavra”.

passíveis de apresentar variação, tornando-se fontes válidas para atestar-se a mudança linguística. Entre elas, selecionamos as de Costa (2012), Giachin (2016) e Andrade (2014), pois coadunam, de certo modo, com o que nos propomos a investigar: as manifestações do objeto direto anafórico de 3ª pessoa em textos jornalísticos cearenses.

Costa (2012), em sua dissertação, dispõe-se a estudar, a partir da teoria gerativista, a realização do objeto direto anafórico em textos jornalísticos publicados na cidade de Salvador-BA, entre os séculos XIX e XX, a fim de evidenciar o fenômeno da mudança linguística na modalidade escrita formal. Na primeira fase, de 1833 a 1850, foram encontradas 89 ocorrências (48%) de objetos nulos; 48 ocorrências (48%) de sintagmas nominais; 346 (69%) ocorrências de clíticos acusativos e 0 (0%) ocorrências de pronomes lexicais. Na segunda fase, de 1898 a 1900, foram encontradas 310 (63,5%) casos de clíticos acusativos; 136 (27,9%) casos de objetos nulos; 36 (7,4%) casos para sintagmas nominais. Na terceira fase, de 1945 a 1948, encontraram-se 270 (56%) ocorrências de clíticos acusativos; 157 (33%) ocorrências de objetos nulos e 44 (9,2%) ocorrências de sintagmas nominais. Os pronomes lexicais não foram encontrados em nenhuma das fases. Desta forma, comprovou-se que há, de fato, o aumento do objeto nulo em detrimento do clítico acusativo.

Giachin (2016) assumiu o compromisso de analisar a presença/ausência do sujeito e das variedades do objeto direto anafórico em textos jornalísticos circulados na cidade de Florianópolis-SC. Semelhante ao movimento retórico de Costa (2012), dividiu-se o *corpus* de 12 jornais em três fases, com a finalidade de confirmar, em dados de escrita, a assimetria entre o sujeito o sujeito e objeto direto, conforme apontado em estudos anteriores realizados em dados de fala. Na primeira fase, de 1832 a 1850, foram encontradas 84 (62,7%) ocorrências de uso do clítico; 32 (23,9%) ocorrências de sintagma nominal e 14 (10,4%) ocorrências de objeto nulo. Na segunda fase, de 1897 a 1901, foram contabilizadas 84 (72,4%) ocorrências de clítico; 23 (19,8%) ocorrências de sintagma nominal e 7 (6%) ocorrências de objeto nulo. Na terceira fase, de 1945 a 1950, houve 122 (58,4%) ocorrências de clítico; 49 (23,4%) ocorrências de sintagma nominal e 36 (17,2%) de objeto nulo. Da mesma forma, os pronomes lexicais não foram encontrados. Em síntese, comprovou-se que relativo ao sintagma nominal, ao longo das fases, manteve-se em segundo lugar, abaixo do clítico acusativo, mas ao mesmo tempo demonstrou-se também que houve um aumento do índice de objeto nulo, indicando, assim, a mudança linguística.

Andrade (2014) analisou o preenchimento do objeto direto anafórico no jornal *A Gazeta*, do estado do Espírito Santo, no ano de 2008, visando comprovar e sistematizar a mudança linguística entre as variantes concorrentes. Como parâmetro de estratificação, valeu-se das variáveis independentes: gêneros discursivos e traço de animacidade do antecedente. Sua pesquisa constatou que o uso do clítico correspondeu a 42% dos casos; o sintagma nominal correspondeu a 46,7%; o objeto nulo correspondeu a 8,2%; enquanto o pronome lexical, apenas a 3,1%. Além disso, os gêneros discursivos influenciaram no uso das variantes, ao computar que artigo de opinião (78,6%), editorial (72,7%) e carta ao leitor (44,4%) favoreceram o clítico acusativo; e o sintagma nominal (52,9%), por sua vez, foi favorecido pelo gênero notícia. Quanto ao traço de animacidade, a autora revelou que os clíticos e o pronome lexical foram favorecidos, em termos percentuais, pelo antecedente animado (55,5%) e (6,7%), respectivamente. Já o sintagma nominal e o objeto nulo foram favorecidos pelo antecedente inanimado (58,1%) e (4,2%).

Convém, agora, entrelaçar os trabalhos destacados, a fim de se apresentar possíveis lacunas que nos possibilitem daqui em diante vislumbrar nas investigações acerca do ODA em textos jornalísticos cearenses. O trabalho de Costa (2012), na perspectiva gerativista, por um lado, mostra-nos que em *corpus* formal pode verificar-se

também o processo de variação e mudança linguística, contrariando Tarallo (2007)⁷, mas de outro, constata-se a irrelevância dos traços de animacidade do antecedente (associado à especificidade), por não serem cruciais na realização das variantes estudadas. Giachin (2016), em sua análise, desconsidera a função sintática e o traço de animacidade do antecedente como condicionadores sintáticos e semânticos das variantes de realização de ODA. Andrade (2014), nesse caso, considera apenas os condicionadores gêneros discursivos e traço semântico para analisar os usos das variantes, limitando o controle variável do fenômeno. Após essas considerações de natureza bibliográfica, passemos ao manejo dos dados, isto é, a metodologia.

Metodologia

Propõe-se, nesta seção, apresentar os procedimentos metodológicos empregados nesta pesquisa para investigar a manifestação do objeto direto anafórico de 3ª pessoa em textos jornalísticos cearenses. Buscaremos tratar sobre o *corpus* que viabiliza a pesquisa, a coleta de dados, perpassando pelos fatores de controle para a variável (linguístico e extralinguístico), de maneira a contemplar, por fim, a análise dos dados.

O *corpus* desta pesquisa é composto por três jornais, disponíveis na internet, *Diário do Nordeste*, *O povo* e *O estado*, distribuídos e organizados conforme o quadro:

Quadro 1 - Constituição do *corpus*

Jornais	Gêneros textuais-discursivos	Gênero/sexo do redator(a)		Quantidade
<i>Diário do Nordeste</i>	Artigos de opinião	Masculino	Feminino	10
	Notícias	Masculino	Feminino	10
<i>O Povo</i>	Artigos de opinião	Masculino	Feminino	10
	Notícias	Masculino	Feminino	10
<i>O Estado</i>	Artigos de opinião	Masculino	Feminino	10
	Notícias	Masculino	Feminino	10

Fonte: Elaboração própria.

A seleção desses jornais do ano de 2023, realizada entre os meses de setembro e outubro, deve-se ao fato de que: (I) estão localizados em Fortaleza, Ceará; (II) são considerados veículos de informação de maiores audiências na região, logo, as produções são constantes e diversas; (III) por abrigarem gêneros textuais-discursivos que se distinguem pelo nível de formalidade, permitindo-nos averiguar os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a realização variável do objeto direto anafórico de 3ª pessoa; (IV) serem escritos, os gêneros textuais, por redatores e redatoras.

Os textos foram coletados diretamente nas páginas dos periódicos da **internet**.

⁷ Na ótica do autor, a pesquisa sistemática na modalidade escrita demonstra-se ser um campo infértil, por ser considerada mais previsível, conservadora, ‘inflexível’, resistente às variantes não-padrão.

Em cada texto, respeitando o nível de formalidade, foram encontradas 78 ocorrências de objeto direto anafórico, que foram codificadas, a partir dos grupos de fatores controlados nesta pesquisa, para serem submetidas a tratamento estatístico no GoldVarb X.

Tarallo (2007) orienta-nos que quanto mais rígidos, tecnicamente, formos em relação ao fenômeno estudado, mais teremos resultados precisos, independente da modalidade ser falada ou escrita. Baseado nisso, os dados foram analisados, considerando os seguintes grupos de fatores: **Fatores linguísticos** - I. função sintática: a) sujeito; b) adjunto adnominal; c) complemento nominal; d) objeto direto e indireto; e) aposto; II. animacidade do referente: a) animado [+ humano]; inanimado [- humano]; III. gênero semântico do referente: a) sexuado [+ gênero sexuado]; b) assexuado [- gênero sexuado]; **Fatores extralinguísticos**: I. gênero/sexo do redator(a): a) masculino; b) feminino; II. nível de formalidade entre os gêneros textuais: a) formal (mais monitorado); b) informal (menos monitorado), entendendo-os em grau escalar de formalidade.

Logo, para lançarmos um olhar acerca das manifestações do objeto direto anafórico, é viável controlar os fatores tanto linguísticos quanto sociais, baseando-nos nas lacunas encontradas nos trabalhos abordados outrora. Como os pronomes acusativos desempenham a função de referenciar um elemento já mencionado, que chamamos de antecedente/referente, urge conhecê-los, observando quais fatores linguísticos favorecem no emprego das variantes. No âmbito interno do sistema linguístico, pelo viés semântico, o traço de *animacidade do referente* associado ao *gênero semântico do antecedente* julgamos ser bastante promissor. Pelo viés sintático, a *função do antecedente na oração* parece-nos favorecer o emprego das variantes.

A animacidade, nas palavras de Coelho *et al.* (2019), “corresponde a uma propriedade atribuída a um referente, que pode apresentar traço [+animado] ou [-animado]”. Nisso, “por [+animado], entendem-se humanos, animais e objetos personificados, e por [-animado] entendem-se os referentes que não se enquadram em nenhuma dessas categorias” (Coelho *et al.*, 2019, p. 35). Conforme Pinto (2020), na construção “*N mandei uma carta a você mais com toda a certeza que você não recebeu Ø porque mandei o numero [número] errado.* (Carta pessoal de Santa Catarina, Amostra Vale, Remetente R, ano de 1965)” (Pinto, 2020, p. 221, grifo da autora), por exemplo, o antecedente “uma carta” é [-animado]. Já em “*Para a mana decerto deve custar bastante estar separada do filho, mas muito mais [inint] lhe deve ser se o vir atacado d'aquella doença.* (Carta pessoal de Portugal, Amostra Dantas Pimenta, Remetente José, ano de 1897)” (Pinto, 2020, p.222, grifo da autora), o antecedente “do filho” é [+animado].

Alinhado a isso, há o gênero semântico do antecedente. Este, por sua vez, permite distinguir substantivos não sexuados de substantivos sexuados. Ou melhor, “distingue substantivos que denotam sexo natural aparente, como *homem, mulher, professor, cachorro* etc., de substantivos que não denotam sexo natural aparente, como *mesa, livro, vítima, cônjuge, boneco, tartaruga* etc” (Othero; Schwanke, 2018, p. 156). Na oração “*A garota se irritou muito quando a mãe disse que iria levá-la ao Conselho Tutelar*”, o referente “a garota” tem o traço gênero semântico sexuado [+gs]; enquanto em “*Juan teve uma ótima chance para matar logo o jogo, mas desperdiçou Ø*” (Othero; Schwanke, 2018, p. 157), o referente “uma ótima chance” não tem gênero semântico sexuado [-gs]. Os autores apontam para a discussão da complexidade entre o gênero semântico e gênero gramatical, mas, ainda assim, consideramos frutífero verificar se tal condicionador pode impulsionar no emprego das variantes, uma vez que desconhecemos o controle desse grupo de fatores para o fenômeno aqui estudado.

Nem sempre o antecedente assume a mesma posição dentro da sentença oracional. Por isso, nos diversos arranjos sintáticos, a função dos termos demonstra ser um gatilho para o emprego das variantes, constatado na pesquisa de Omena (1978). Isso

permite identificar se a função sintática do referente (sujeito, adjunto adnominal, objeto direto, dentre outras) influencia o uso de uma das variantes de ODA, ajudando a compreender os laços entre as variantes e os referentes. Tornou-se oportuno, portanto, controlar o fenômeno variável mediante a esse fator sintático, já que, novamente, nem Andrade (2014) e nem Giachin (2016) valeram-se desse condicionador.

Agora, no âmbito externo da língua, compete-nos examinar se os condicionadores sexo/gênero e monitoramento favorecem os usos das variantes. Considerando que o fator sexo/gênero se apresenta ser um forte favorecedor na modalidade falada, acreditamos na relevância de averiguarmos os laços para a modalidade escrita, ao constituir a hipótese de que a mulher, nesse sentido, pela sensibilidade às normas, tende a empregar a variante-padrão (clítico acusativo); ao passo que o homem, pela resistência à norma de prestígio, tende a empregar a variante não padrão (sintagma nominal). Por se tratar de um sistema probabilístico, com esta pesquisa, poderemos refutá-la ou comprová-la.

Tratamos monitoramento como o gênero, embora escrito, não-espontâneo, que dê liberdade ao redator a ponto de empregar uma linguagem mais informal, dando vazão à variante não-padrão, mas também de assegurar e exigir-lo mais formalidade. Na esfera jornalística, a forma “de apresentação reforça o caráter de seriedade do gênero, em razão de seus autores serem especialistas nos assuntos que discutem” e, por isso,

o fato de serem escritos por especialistas já supõe, também, que serão profundos, mais longos do que as notícias, terão linguagem mais ligada ao campo de conhecimento desse especialista, menos fácil de ser universalmente compreendida (Gagliardi; Amaral, 2009, p. 1).

Nesta instância, de um lado, temos *o artigo de opinião*, mais monitorado, e, de outro, *a notícia*, vista como menos monitorada. Certamente, a força que emana dos gêneros textuais-discursivos na esfera jornalística prova que as variantes podem ser controladas, tensionando seus usos (cf. Andrade, 2014). Assim, tomamos a responsabilidade de analisar esta correlação, aplicando-a aos jornais cearenses, *corpus* carente de estudos quanto à variável do objeto direto anafórico de 3ª pessoa.

Uma vez que a pesquisa sociolinguística exige tratamento estatístico, fez-se necessário utilizarmos o pacote estatístico intitulado Goldvarb X, na intenção de obter informações sobre os cálculos de frequência, percentuais e pesos relativos referentes aos condicionamentos que influenciaram nos usos das variantes. Nesse sentido, a seção seguinte será dedicada para discorrer sobre os resultados estatísticos fornecidos pelo programa.

Análise dos dados

Na amostra selecionada para esta pesquisa, encontramos 78 ocorrências de objeto direto anafórico, das quais 44 são de clíticos, 25 de sintagmas nominais e 9 de objetos nulos. Assim, objetivando investigar a interferência dos condicionamentos linguísticos e sociais nas manifestações do objeto direto anafórico de 3ª pessoa, os dados foram submetidos ao programa estatístico Goldvarb X.

Ressaltamos que a análise dos resultados é fruto de duas rodadas estatísticas, ambas binárias, em que se verificou: primeiro, o clítico *versus* outras variantes (sintagma nominal e objeto nulo); segundo, clítico *versus* sintagma nominal. Dentre as variantes, o objeto nulo foi a estratégia menos usual, razão pela qual decidimos realizar outra rodada no intuito de obter dados mais expressivos, desconsiderando-se a ocorrência dessa

variante, mas os resultados seguiram as mesmas tendências observadas na primeira rodada estatística. A princípio, tínhamos a intenção de trabalhar também com a variante pronome lexical, contudo, pela natureza do *corpus* formal escrito, essa variante não foi sequer flagrada nos textos jornalísticos, nem mesmo no discurso direto livre.

Nessa lógica, controlamos a variável a partir de cinco grupos de fatores, porém apenas dois foram selecionados como relevantes estatisticamente pelo programa Goldvarb X. Trata-se, portanto, do nível de formalidade e do gênero semântico do referente, como condicionadores extralinguístico e linguístico, respectivamente. Ainda que os demais fatores não tenham atuado como influenciadores das variantes, torna-se oportuno apresentá-los, a fim de testar as hipóteses levantadas na pesquisa. Dito isso, para efeitos de organização retórica, priorizamos por discutir, *a priori*, os fatores relevantes e, em seguida, os resultados percentuais dos outros fatores. Os resultados da seção a seguir referem-se à primeira rodada estatística: o clítico *versus* outras variantes (sintagma nominal e objeto nulo).

Clítico *versus* outras variantes (sintagma nominal e objeto nulo)

a) Nível de formalidade entre os gêneros textuais

A respeito desse grupo de fatores, supomos que a esfera jornalística, por abrigar diversos gêneros textuais-discursivos, pode condicionar os usos das variantes no preenchimento do objeto direto anafórico, pois há, por um lado, textos mais monitorados e, por outro lado, menos monitorados que, conseqüentemente, influenciam na manifestação de variante padrão e não-padrão, do mesmo modo como já apontou Biazolli (2010) em dados de escrita. Esse grupo de fatores foi o primeiro selecionado pelo Goldvarb X como significativo. Aqui, compreendemos o nível de formalidade enquanto grau escalar, em que um gênero textual tende a ser mais monitorado, formal, em relação ao outro. Vejamos os exemplos abaixo do texto formal, mais monitorado, (ocorrência 1) e texto informal, menos monitorado, (ocorrência 2):

- (1) Todo mundo poderia usar *pedras* e *uma funda*, mas foi Davi quem **as** usou e, juntamente com sua fé, venceu o gigante. (OPA003)⁸
- (2) Como manda os novos tempos, *o Trem Bala* será transmitido de segunda a sexta na maior plataforma de vídeos do mundo, o YouTube. Por lá, os torcedores das equipes poderão acompanhar **o programa** de onde estiverem. (OPN001)

Defendemos que, para as notícias, *os sintagmas nominais* seriam mais salientes, comparado às demais variantes, ao passo que, para os artigos de opinião, seriam *os clíticos acusativos*. No texto formal, vê-se *o clítico acusativo* “as” retomando os termos já referidos “pedras” e “uma funda”. Enquanto no texto mais informal, *o sintagma nominal* “programa” retoma o termo dado “o trem bala”. Tal hipótese vai ao encontro, a nosso ver, dos resultados empíricos extraídos do *corpus*. A seguir, vejamos os dados desse grupo de fatores na tabela 1:

⁸ A notação entre parênteses obedece à seguinte lógica: as duas primeiras letras referem-se ao jornal, de onde o dado foi coletado; a terceira letra diz respeito ao gênero e os números fazem referência à ordem da ocorrência em nossa amostra.

Tabela 1: Influência do grupo de fatores nível de formalidade do gênero discursivo na variação entre o clítico *versus* sintagma nominal e objeto nulo.

Nível de formalidade do gênero discursivo	Clítico		Sintagma nominal e objeto nulo		Total / percentual	Peso relativo
	Ocor.	Percentual	Ocor.	Percentual		
Formal	29	74,4%	10	25,6%	39/50%	0,726
Informal	15	38,5%	24	61,55%	39/50%	0,274
Total	44	56,4%	34	43,6%	78/100%	

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da tabela 1 revelam-nos que a distribuição entre variantes e gênero textual-discursivo coaduna-se com a hipótese levantada, uma vez que o *clítico acusativo* (o, a, os, as e os seus alomorfes), com percentual de 74,4% e peso relativo de 0,726, é favorecido pelo texto mais *formal*, mais monitorado, isto é, o gênero *artigo de opinião*; e em contrapartida, o *sintagma nominal* e o *objeto nulo* (replicação do vocábulo e categoria vazia), com percentual de 61,55% e peso relativo de 0,274, foram favorecidos pelo texto mais *informal*, menos monitorado, o gênero notícia. Nessa circunstância, a partir dos estudos de Andrade (2014) e Conceição (2016), chegamos à conclusão de que as variantes prestigiadas e de manifestações mais frequentes, na modalidade escrita formal, seriam o *clítico acusativo* ao lado do *sintagma nominal*, alocados numa escala em que este é menos prestigiado com baixa ocorrência, e aquele o mais prestigiado, com alta ocorrência.

O *objeto nulo* flutua, ora no *formal*, ora no *informal*, além de terem sido encontradas 9 ocorrências, o que nos permite dizer que se trata de uma variante aparentemente neutra. Constata-se, então, que, de certa forma, os resultados apresentados aqui aproximam-se do trabalho de Andrade (2014), que observou o tensionamento dos gêneros textuais-discursivos nas variantes *clítico versus sintagma nominal* e *objeto nulo*. Nesse sentido, nossa hipótese foi comprovada.

b) Gênero semântico do referente⁹

Este grupo de fatores foi o segundo selecionado pelo Goldvarb X como estatisticamente relevante. Diversas pesquisas encarregaram-se de explicar a correlação entre os pronomes de 3ª pessoa e o referente, partindo do campo semântico-pragmático. Dentre as ideias propostas, destaca-se, portanto, a mais recente hipótese do *gênero semântico do referente* de Creus e Menuzzi (2004), que nos parece promissora para entender como ocorre a estratégia de preenchimento do objeto direto anafórico, reconhecida também por Othero *et al.* (2018). Por conta disso, dispomo-nos a averiguar

⁹ “O conceito de “gênero semântico” diz respeito à classificação semântica dos substantivos: possuem “gênero semântico” somente aqueles substantivos que denotam indivíduos ou classes de indivíduos animados cujo sexo natural pode ser identificado (ex.: mulher, homem; menino, menina; gato, gata; boi, vaca, etc.); substantivos que denotam coisas, entidades abstratas, etc. – isto é, referentes inanimados – não possuem “gênero semântico”. Além disso, é importante observar que há substantivos animados cuja denotação inclui referentes de ambos os sexos; nestes casos, não se pode dizer que o substantivo possui necessariamente um “gênero semântico” específico: por exemplo, os substantivos *pessoa*, *gente*, *habitante* possuem gênero gramatical, mas não gênero semântico inerente” (Creus; Menuzzi, 2004, p. 3).

a relevância desse grupo de fatores, considerando-se os dados de escrita, já que, em nosso recorte bibliográfico, desconhecemos, até o momento deste estudo, trabalhos que se basearam em tal hipótese, sobretudo em textos jornalísticos cearenses. Passemos, então, aos exemplos a seguir, em que, em (3), tem-se o gênero semântico do referente presente, aparente, e, já no (4) e (5), não há um gênero semântico aparente; pelo contrário, ausente.

- (3) A ordem de parada foi desobedecida, e o homem iniciou uma fuga. Os agentes seguiram o motorista e conseguiram abordá-lo. (OPN013)
- (4) A atual rapadura foi produzida com 9.820 kg na cidade de Pindoretama, quebrando o recorde anterior de Santa Cruz da Baixa Verde, em Pernambuco. Ela tem 4,16 metros de comprimento, 2,1 metros de largura e 90 centímetros de altura e levou oito dias para ficar pronta. Neste fim de semana, o Engenheiro Complexo Tradição irá superar esse recorde produzindo a iguaria com mais de 10 toneladas e quem quiser, poderá participar dessa produção comparecendo ao local e adicionar uma parte da cana na rapadura. (OEN039)
- (5) Nós, enquanto Estado, temos obrigação de contribuir ativamente com as buscas e também de garantir o acolhimento aos familiares de pessoas desaparecidas. Amparar Ø diante da dor sofrida, apontar os caminhos e orientar Ø sobre qual a melhor forma de agir. (OPA011)

Por mais que seja uma hipótese criada para explicar a retomada do objeto direto anafórico de 3ª pessoa no português brasileiro em dados de fala, concentrando-se nas variantes de pronomes lexical e objeto nulo, elaboramos, alinhado aos autores, mas com adaptações, a seguinte proposição: referente com *gênero sexuado*, gênero semântico aparente, favorecem na manifestação dos *clíticos acusativos e pronomes lexicais*; já os *sintagmas nominais* e o *objeto nulo* são favorecidos pelos referentes com *gênero não sexuado*, gênero semântico pouco aparente ou quando não há gênero semântico. Como vimos, há uma concordância entre os pronomes e os referentes. Sendo assim, em (3), o *clítico* acusativo (lo/alomorfe) retoma o referente “homem”, com sexo natural aparente, o que corrobora para haver a concordância. Em (2), na retomada do vocábulo “rapadura”, substantivo que não denota sexo aparente, mas sim ausente, emprega-se o vocábulo “iguaria”. Por fim, no (5), o referente “familiares” é genérico, não possui gênero semântico, favorecendo na realização do *objeto nulo*. Vejam-se os dados da tabela 2:

Tabela 2: Influência do grupo de fatores gênero semântico do referente na variação entre o clítico versus sintagma nominal e objeto nulo.

Gênero semântico do referente	Clítico		Sintagma nominal e objeto nulo		Total / percentual	Peso relativo
	Ocor.	Percentual	Ocor.	Percentual		
Não sexuado	30	51,7%	28	48,3%	58/74,4%	0,406
Sexuado	14	70%	6	30%	20/25,6	0,750
Total	44	56,4%	34	43,6%	78/100%	

Fonte: Elaboração própria.

Com percentual de 70% e peso relativo de 0,750, o *gênero sexuado* acaba por

influenciar o uso do *clítico acusativo*, enquanto o *não sexuado* aparece abaixo, com 0,406 peso relativo. Ou seja, há uma discrepância percentual, pois 14 ocorrências estão associadas à manifestação do *clítico*, diferentemente das demais variantes correspondem a apenas 6 ocorrências. Mesmo o fator *não sexuado* apresentando pouca frequência de uso quando relacionado às variantes *sintagma nominal* e *objeto nulo*, o percentual demonstra ser significativo. Nota-se, então, que a hipótese elencada na pesquisa foi atestada, em que o fator *sexuado* favoreceria o *clítico acusativo*.

c) *Função sintática do referente*

O referente, dentro da sentença oracional, assume funções distintas no eixo sintagmático. Logo, controlar o fenômeno mediante esse grupo de fatores possibilitou-nos mapear se haveria um gatilho sintático na relação intrínseca do referente com as variantes. Contudo, o Goldvarb X não o selecionou como significativo.

Constituímos, para esse grupo, a hipótese de que referentes com funções sintáticas de *sujeito* e *adjunto nominal* favoreceriam a realização do *clítico acusativo*; enquanto referentes nas funções de *objeto direto*, *complemento nominal* e demais funções favoreceriam a manifestação de *objeto nulo* e *sintagma nominal*, conforme nos mostra os exemplos (6a e 6b), com referente na função de *sujeito*; (7), com função de *objeto direto*; (8), com função de *adjunto adnominal*; e (9), na função de *complemento nominal*:

(6a) Com mais de 22 anos de carreira, sobretudo na área de Direito Internacional, o *advogado* construiu trajetória marcada pela ética, luta por justiça e promoção da paz social. A independência e o alcance da profissão no mundo são alguns dos fatores que **o** levaram a iniciar e solidificar uma carreira que já ultrapassou duas décadas. (OEN035)

(6b) O Presidente telefonou para o irmão e ordenou que ele devolvesse imediatamente o veículo. *O irmão* contra-argumentou, dizendo que seria uma desmoralização e preferia deixar o serviço público. Castelo Branco, encerrou o assunto e **Ø** sentenciou: você não entendeu, demitido você está. (OEA048)

(7) O Departamento Estadual de Trânsito do Ceará (Detran-Ce) disponibiliza atendimento online para iniciar o *processo* de recursos. Para iniciar **Ø**, o proprietário do veículo deve acessar a aba “processos” e preencher com algumas informações e anexar a documentação necessária para avaliação. (OEN030)

(8) O baile perfumado foi conhecido graças ao fotógrafo libanês Benjamin Abrahão, que obteve a permissão do *cangaceiro* para acompanhá-lo no estado de Sergipe. (DNA026)

(9) É o mês da prevenção ao *suicídio*. E é preciso entender que quem tenta cometer **suicídio** tem um transtorno mental. (OEA045)

Em (6a), o *clítico acusativo* “o” retoma o referente “advogado” na função de *sujeito*. Já em (6b), o *objeto nulo* retoma, pragmaticamente, o referente “irmão” na função de *sujeito*, o que destoa da nossa hipótese primária, pois, entrecruzando as pesquisas de Omena (1978) e Pinto (2015), resulta que, com o *objeto nulo*, haveria a retomada por um referente com função sintática também de *objeto direto*. Percebe-se, contudo, que essa correlação não é categórica. Quanto ao exemplo (7), notem que o

objeto nulo, na mesma lógica, retoma o referente “processo” na função de *objeto direto*, corroborando desta vez tanto com a nossa hipótese quanto com a dos autores. Em (8), o *clítico acusativo* (lo/alomorfe) retoma o vocábulo “cangaceiro” na posição de *adjunto adnominal*. E no exemplo (9), o *sintagma nominal* “suicídio” retoma o vocábulo “suicídio” na função de *complemento nominal*. Após estes comentários, conferimos, logo abaixo, a tabela 3:

Tabela 3: Influência do grupo de fatores função sintática do referente na variação entre o clítico versus sintagma nominal e objeto nulo.

Função sintática do referente	Clítico		Sintagma nominal e objeto nulo		Total	
	Ocor.	Percentual	Ocor.	Percentual	Ocor.	Percentual
Sujeito	16	66,7%	8	33,3%	24	31,6%
Adjunto adnominal	6	66,7%	3	33,3%	9	11,8%
Objeto direto	19	57,6%	14	42,4%	33	43,4%
Aposto	1	33,3%	2	66,7%	3	3,9%
Complemento nominal	2	28,6%	5	71,4%	7	9,2%
Total	44	57,9%	32	42,1%	76	100%

Fonte: Elaboração própria.

Soledade (2011) explica que o referente na função de *sujeito* influencia na manifestação da variante padrão de *clítico acusativo*. Não à toa, temos um percentual de 66,7% relacionado ao *clítico*. Para a variável sintática *adjunto adnominal*, tem-se 66,7% correlacionado também ao *clítico*, o dobro de ocorrência e percentual do *sintagma nominal* e *objeto nulo*. Quer dizer, ambas funções sintáticas se encontram em sintonia com o que projetamos outrora na pesquisa. O referente na função de *complemento nominal*, por sua vez, mostra-se mais frequente com as variantes *sintagma nominal* e *objeto nulo*, com percentual de 71,4%. Ainda conforme Soledade (2011), o referente na função de *objeto direto* não está restrito ao *objeto nulo*, gerando um emparelhamento permanente, mas pode condicionar de igual modo o *clítico acusativo*, tendo nesta amostra um percentual de 57,6%, valor este superior ao *sintagma nominal* e *objeto nulo*. Enfim, embora esse grupo de fatores não tenha sido selecionado pelo programa, ainda assim, os resultados contribuem fortemente para a hipótese elaborada inicialmente, que poderá ser testada em uma amostra mais expressiva.

d) Traço de animacidade do referente

Aqui, retomamos a importância de controlar a relação entre o referente e os pronomes de 3ª pessoa a partir do nível semântico-pragmático. Na ocasião, os referentes são dotados de características que podem denotar ora traços animados ora não-animados. No que diz respeito a isso, pensamos na seguinte hipótese: tanto o *clítico acusativo* quanto o *pronome lexical* teriam referentes/antecedentes [+animados]; enquanto *objeto nulo* e *sintagma nominal* teriam antecedentes [-animados], por implicações textuais-discursivas. Observemos os exemplos (10) e (11), que têm traço [+animado] e, no (12), traço [-inanimado]:

(10) Os crimes confessos não deixaram de existir pelo simples fato dos acusados

terem sido beneficiados por prescrição ou qualquer outro ato jurídico que os livrou da prisão. (OEN028)

(11) E o papel dos adultos é redirecionar, orientar, conversar, acompanhar a criança e não julgar Ø ou punir Ø. (DNA062)

(12) O cometa aparece logo após o Sol se pôr, mas ele logo terá o ocaso, assim chamando quando ele se “põe”. O melhor dia para prestigiá-lo será 16 de setembro. (DNA054)

De acordo com Othero e Schwanke (2018), em antecedentes [+animados], a forma anafórica segue o gênero gramatical do antecedente, atraindo-o; já em referentes [-animados], a forma anafórica tende a ser nula em decorrência da ausência de gênero semântico. Em (10), ocorre a contração entre a preposição “de” e artigo definido “os”, determinando o substantivo “acusados”, logo, caracteriza-se como [+animado] e influencia no aparecimento do *clítico acusativo*. Com efeito, em (11), reparem que o referente é [+animado], não obedecendo às hipóteses dos autores, pois, na verdade, correlaciona-se à manifestação do *objeto nulo*, assim como em (12), em que o referente é [-animado], porém se correlaciona à realização do *clítico acusativo*.

Convém destacar que na animacidade, a categoria [+animado] engloba referentes com traços semânticos animados, além de humanos, de animais e de objetos personificados. Contudo, nesta amostra, sobretudo em relação a esse grupo de fatores, nota-se que houve uma saliência quanto ao referente na condição de [+animado], humano, em se tratando da correlação ao *clítico acusativo*, conforme atestam as pesquisas de Soledade (2011) e Pinto (2020). Desconsideramos o *pronomex lexical*, ainda na coleta de dados, pois não houve ocorrência dessa variante. Assim, estes exemplos geram polarizações, distanciando-se do que fora sustentado na literatura. Nesse sentido, passemos à tabela 4, que trata sobre os dados percentuais:

Tabela 4: Influência do grupo de fatores traço de animacidade do referente na variação entre o clítico versus sintagma nominal e objeto nulo.

Traço de animacidade do referente	Clítico		Sintagma nominal e objeto nulo		Total	
	Ocor.	Percentual	Ocor.	Percentual	Ocor.	Percentual
Animado [+]	18	60,0%	12	40,0%	30	38,5%
Inanimado [-]	26	54,2%	22	45,8%	48	61,5%
Total	44	54,4%	34	43,6%	78	100%

Fonte: Elaboração própria.

Com percentual de 60%, o referente com traço [+animado] correlaciona-se à realização do *clítico acusativo*, conforme esperado e defendido por Oliveira (2007). Em contrapartida, há, nesses dados, a relevância também do traço [-animado] recaindo sobre o *clítico acusativo*, contabilizado em percentual de 54,2%. Agora, as variantes *sintagma nominal e objeto nulo*, como prevemos, correlaciona-se, em termos percentuais, ao referente [-animado], apesar do percentual de 45,8% configurar-se abaixo comparado ao *clítico acusativo*, a diferença percentual é ínfima, considerando-se que, no geral,

encontramos 25 ocorrências de sintagma nominal e 9 de objeto nulo, apenas. A nosso ver, isso indica que é possível rever tais resultados, contanto que a amostra seja expandida. Novamente, há fortes indícios de que a hipótese relacionada a esse grupo de fatores venha a ser comprovada em amostras mais amplas.

e) *Sexo/gênero do redator(a)*

Em pesquisas sociolinguísticas (Duarte, 1986; Omena, 1978; Paiva, 2003; Pereira, 1981), esse grupo de fatores geralmente exerce grande influência no emprego de uma das variantes usadas pelos falantes. Quando Monguilhott (2001) analisa a concordância verbal no falar de Florianópolis, por exemplo, formula a hipótese, amparada em autores da literatura, de que o *sexo feminino* é mais sensível à norma-padrão, ao passo que o masculino é, digamos assim, mais transgressivo, mais sensível à inovação linguística. Ora, ao observamos no período da coleta de dados que os textos eram demarcados, aparentemente, também pelo sexo/gênero do redator, interessamo-nos por esse condicionador extralinguístico, afinal de contas, há um diálogo promissor no *continuum* fala-escrita enquanto modalidades de um mesmo sistema linguístico. No entanto, o programa não o selecionou como relevante. Desse modo, vejamos os dados na tabela 5:

Tabela 5: Influência do grupo de fatores gênero/sexo do redator(a) na variação entre o clítico versus sintagma nominal e objeto nulo.

Gênero/sexo do redator(a)	Clítico		Sintagma nominal e objeto nulo		Total	
	Ocor.	Percentual	Ocor.	Percentual	Ocor.	Percentual
Masculino	26	59,1%	18	40,9%	44	56,4%
Feminino	18	52,9%	16	47,1%	34	43,6%
Total	44	56,4%	34	43,6%	78	100%

Fonte: Elaboração própria.

Ao controlar a variável *sexo/gênero* em emprego da variante-padrão/conservadora versus variante não-padrão/inovadora, deparamo-nos, em vez de condicionamento de um dos gêneros, uma distribuição bastante equânime, em termos percentuais, para ambos os sexos/gêneros, priorizando a mesma variante padrão, isto é, o *clítico acusativo*, num total de 59,1% para o masculino, e 52,9% para o feminino. A uniformidade dos resultados aponta que esse grupo de fatores não foi significativo, conforme já advertiu Tarallo (2007) sobre a irrelevância desta variável em dados de escrita. Julgamos que o foco no *clítico acusativo* se dá, a rigor, pela força que emana dos gêneros textuais-discursivos, obrigando os falantes/redatores a empregarem a variante padrão, conservadora, independentemente do *sexo/gênero*, no resgate de uma estratégia de colocação pronominal imposta pela tradição escolar em nome da norma culta da língua portuguesa.

Diante do exposto, é importante reforçar que, para compor a amostra desta pesquisa, selecionamos, ao todo, 60 gêneros textuais (30 artigos de opinião e 30 notícias) dos quais se extraíram 78 ocorrências da variável de objeto direto anafórico de 3ª pessoa. Destas, 44 foram de *clítico acusativo*, 25 de *sintagma nominal* e 9 de *objeto nulo*. A limitação da amostra com poucos dados, ainda que bastante relevantes, pode ter reduzido a verificação, de modo mais eficiente, da influência de outros grupos de fatores e o teste

de hipóteses consideradas fortes. No anseio de refinar os dados, foram feitas outras rodadas binárias, isolando as variantes mais frequentes (clítico acusativo *versus* sintagma nominal), porém os resultados seguiram as mesmas tendências, por isso discutimos apenas a rodada estatística com as variantes terciárias: *clítico versus sintagma nominal e objeto nulo*.

Considerações finais

Neste trabalho, analisamos os fatores linguísticos e sociais que condicionam a realização variável do objeto direto anafórico de 3ª pessoa no português brasileiro em gêneros textuais-discursivos da esfera jornalística, como: notícias e artigos de opinião. Os dados foram submetidos ao programa estatístico Goldvarb X, de maneira a verificar as influências de fatores linguísticos e extralinguísticos. Os resultados revelam, como esperado, mesmo nas plataformas digitais, a preferência pelos falantes no uso do *clítico acusativo*, o que confirma a hegemonia da variante em dados de escrita vistos como mais monitorados.

Dentre os grupos de fatores, apenas o *nível de formalidade* e o *gênero semântico do referente* foram selecionados como estatisticamente relevantes. Quanto ao *nível de formalidade*, o *texto mais formal*, artigo de opinião, favoreceu o emprego *clítico*; já o *texto menos formal*, a notícia, foi favorecida pelas variantes *sintagma nominal* e *objeto nulo*. Em nossa amostra, vale ressaltar que o *objeto nulo* nos parece não sofrer estigma, pois se manifestou em ambos os níveis. Em se tratando do *gênero semântico*, o fator linguístico *sexuado* [+gênero sexuado] exerceu forte influência na variante de *clítico acusativo*, em relação ao *sintagma nominal* e ao *objeto nulo*. Sabendo, então, disso, declaramos que as hipóteses foram comprovadas.

O referente na função de *sujeito* e de *adjunto adnominal* correlacionam, em termos percentuais, ao *clítico acusativo*, ao passo que, na função de *complemento nominal*, *aposto* e *objeto direto*, estão correlacionados ao *sintagma nominal* e o *objeto nulo*. Nessa circunstância, o gatilho sintático, a nosso ver, não foi categórico, mas variável. Por mais que esse grupo de fatores não tenha sido selecionado pelo programa, ainda assim, há fortes indícios para a comprovação desta hipótese, que deve ser testada em amostra mais expressiva.

Relativo ao *traço de animacidade do referente*, tanto o [+animado], sobretudo, quanto o [-animado], de forma tímida, mostraram-se correlacionados, percentualmente, ao *clítico acusativo*. Contudo, no que diz respeito ao traço [-animado], em especial, apesar do percentual das variantes *sintagma nominal* e *objeto nulo* ser abaixo do percentual do *clítico*, pode-se dizer que a diferença é mínima, considerando que encontramos poucas ocorrências de *sintagma* e *objeto nulo*, em comparação às ocorrências de *clítico acusativo*. É possível rever tais resultados, contanto que haja expansão, claro, numa investigação posterior, da amostra analisada. Esse comentário justifica-se, pois esperávamos pelo traço [+animado] favorecendo o *clítico* e, já no outro lado, o [-animado] favorecendo as demais variantes. Nota-se, portanto, que a nossa hipótese não deve ser descartada totalmente.

Em dados de fala, na Sociolinguística Variacionista, vê-se a relevância expressiva da variável *sexo/gênero* em pesquisas desenvolvidas de norte a sul no Brasil, por essa razão, controlamos esse grupo de fatores. Contudo, os resultados apontam que o sexo *masculino* e *feminino* priorizam o uso do *clítico acusativo*, por implicações textuais-discursivas, não propriamente devido ao sexo/gênero. Ou seja, trata-se da única hipótese refutada deste estudo.

A limitação da amostra gerou-nos alguns impasses epistemológicos, sendo

cabível, futuramente, ampliá-la a fim de solucioná-los. Embora se acredite que esta pesquisa contribua para a descrição do português brasileiro, mais precisamente, do dialeto cearense, ao correlacionar língua e sociedade num viés sincrônico, seria interessante explorar, ainda, nesse bojo analítico o grupo de fatores morfológicos, isto é, a forma verbal que seleciona o ODA, a estrutura da oração, reconsiderar o traço de animacidade, além de incluir outros gêneros textuais-discursivos.

De qualquer forma, sem desmerecer o prognóstico de Tarallo (2007) sobre a resistência do texto escrito a fenômenos variáveis, salientamos que reside aqui, digamos assim, a ambição de dar um retorno, em termos científicos, à comunidade acadêmica a respeito do fenômeno de ODA investigado no estado do Ceará, antes não ocorrido, de maneira a integrar o ‘banco de dados’ dos estudos do *corpus* formal já desenvolvidos de igual modo na Bahia, em Santa Catarina, em Minas Gerais e em Espírito Santo.

Referências

ANDRADE, Priscilla Gevigi de. Variação linguística: objeto direto anafórico no jornal *A Gazeta* (2008). In: CONGRESSO NACIONAL DE FILOLOGIA E LINGUÍSTICA, 12., 2014, Rio de Janeiro. **Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**. Rio de Janeiro: Cifefil, 2014. p. 150-157.

BARBOSA, Alessandra Conceição. **A influência dos fatores linguísticos e sociais na realização do objeto direto anafórico**. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade do Estado de Mato Grosso, Mato Grosso, 2015.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIAZOLLI, Caroline Carnielli. **Clíticos Pronominais no Português de São Paulo: 1880 a 1920 - uma análise sócio-histórico-linguística**. 2010. 231 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2010.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Vozes Limitada, 1970.

COELHO, Izete Lehmkuhl; GORSKI, Edair Maria; SOUZA, Christiane Maria N. de; MAY, Guilherme Henrique. **Para conhecer Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2019.

CONCEIÇÃO, K. C. Preenchimento do objeto direto anafórico: as transformações linguísticas ocorridas do século XIX ao XX em jornais capixabas. **Jornada de Iniciação Científica**, Nº 7,. Vitória, 2016.

COSTA, Tatiane Macedo. **Um estudo diacrônico das variadas realizações do objeto direto anafórico na imprensa baiana dos séculos XX e XXI**. 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

CREUS, Susana; MENUZZI, Sergio. Sobre o papel do gênero na alternância entre objetos nulos e pronomes plenos no português brasileiro. In: **IV ENCONTRO DO CELSUL**, 2004, Florianópolis. Anais. Florianópolis: Ufsc, 2004. p. 01-14. Disponível em:

<<https://www.academia.edu/7181773/Sobre_o_papel_do_g%C3%AAnero_na_altern%C3%A2ncia_entre_objetos_nulos_e_pronomes_plenos_no_portugu%C3%AAs_brasil_eiro>>. Acesso em: 01 nov. 2023

CUNHA, Celson; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

DUARTE, M. E. L. **Varição e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil**. 1986. 73 f. Dissertação Programa de Pós-graduação em Ciências – Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

GAGLIARDI, E.; AMARAL, H. O gênero textual artigo de opinião jornalístico. **Escrevendo o futuro**, 2009. Disponível em: <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/sua-pratica/94/o-genero-textual-artigo-de-opinioao-jornalistico>>>. Acesso em: 10 set. 2023.

GIACHIN, Amanda e Sá. **Descrição diacrônica da presença/ausência do sujeito e das variedades do objeto direto anafórico em jornais catarinenses**. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul, Santa Catarina, 2016.

LIMA, Tereza Maria de. **O emprego do objeto direto anafórico de terceira pessoa na língua falada de Fortaleza**. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, 2016.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 7-200.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. **Varição na Concordância Verbal de Terceira Pessoa do Plural na Fala dos Florianopolitanos**. 2001. 109 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MOTA, Jacyra Andrade; SILVA, Amanda dos Reis. **Sociolinguística, uma disciplina histórica: retrospectiva, desenvolvimentos e aplicações**. *Macabéa*, Ceará, v. 8, n. 2, p. 11-35, 2019.

OMENA, N. P. de. **Pronome Pessoal de Terceira Pessoa: Suas Formas Variantes em Função Acusativa**. 139f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro-RJ, 11 de julho de 1978.

OTHERO, G. A.; AYRES, M. R.; SCHWANKE, C.; SPINELLI, A. C. A relevância do traço gênero semântico na realização do objeto nulo em português brasileiro. **Working Papers em Linguística**, UFSC, v. 17, n. 1, p. 64-85, 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8420.2016v17n1p64>

OTHERO, G. A. SCHWANKE, C. Retomadas anafóricas de objeto direto em português brasileiro escrito. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 147-185, 2018.

OLIVEIRA, Solange Mendes. Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL** Vol. 5, n. 9, 2007.

PAIVA, M. da C.. Sexo. In: MOLLICA, C.; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

PEREIRA, M. das G. D. **A Variação na Colocação dos Pronomes Átonos no Português do Brasil**. 1981, 301f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica – PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1981.

PINTO, Cecília Augusta Vieira. **Trajatória de mudança do sujeito e objeto direto anafóricos: análise de cartas pessoais brasileiras e portuguesas dos séculos XIX e XX**. 2020. 391 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2020.

PINTO, Cecília Augusta Vieira. **Variação do objeto anafórico acusativo na fala de Florianópolis**. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PINTZUK, Susan. **VARBRUL programs**. Philadelphia: Dept. of linguistics, University of Pennsylvania, 1988.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 1916[2006].

SAUTCHUK, Inez. **Prática de Morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2010.

SILVA, Daniel Marra da; MILANI, Sebastião Elias. Whitney, Saussure, Meillet e Labov: a língua como fato social. **Simpósio Nacional e Internacional de Letras - Silel Linguística**, Minas Gerais, v. 3, n. 1, p. 1-12, jul. 2013. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SOLEDADE, Carolina de La Vega. Realizações do objeto direto anafórico de terceira pessoa em cartas de ilustres do século XIX. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1407>. Acesso em: 16 ago. 2023.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2007.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** Tradução de M. Bagno. São Paulo-SP, Parábola Editorial, [1968], 2006.

Submetido em 19 de abril de 2024.

Aprovado em 03 de junho de 2024.